

JANETE CAPIBERIBE

Boa tarde a todos, obrigado professor João Pacheco, em nome do senhor eu saúdo as autoridades que compõem a mesa, que conclui hoje, 3 dias, eu imagino, eu cheguei hoje no Rio, já no final da manhã, os trabalhos deste seminário de tão grande significado, e eu quero dizer, saudar, fazer uma saudação especial a amigos meus indígenas que sempre nós nos encontramos nos encontros e isso o senhor tá nos proporcionando também, o Marcos Terena, o Sian, o Krenak, enfim, e outros amigos que estão aqui nesse plenário de, da maior importância para os povos indígenas do nosso país e nós queremos dizer que viemos hoje aqui até o Rio de Janeiro, saímos do Amapá, da Amazônia, com muita decisão porque nós acreditamos efetivamente que podemos, o estado do Amapá, contribuir positivamente, eu repito para reforçar, para a elaboração de novas diretrizes que sirvam de base para uma nova política indigenista no país. Nós, para cumprirmos com nosso tempo, já passaram 2 minutos, nós preparamos um texto e nós vamos nos pautar nele para que possamos repassar o máximo. Eu gostaria de apresentar a vocês, eu nasci e fui criada no interior do antigo território do Amapá, muito próximo a atual terra indígena Waiãpi, cresci praticamente nas vizinhanças de um território indígena sem nunca ter tomado conhecimento disso, a escola tampouco colaborou para que conhecesse a realidade local, como eu, muitos Amapaenses foram educados sem saber da existência de uma população indígena no meu estado, na adolescência junto com meu marido, o Capi, me engajei no movimento de guerrilha na Aliança Libertadora Nacional e 1970 fomos presos em Belém do Pará pela ditadura militar, 1 ano depois conseguimos escapar da prisão e atravessar todo o rio Amazonas até a fronteira com a Bolívia, dali seguimos para o Chile, atravessando o golpe militar boliviano. Em 73 novamente tivemos que fugir, dessa vez do golpe militar de Pinochet no Chile, recebemos asilo político no Canadá onde vivemos até 77, depois disso ainda tivemos uma experiência de 2 anos como cooperantes em Moçambique, país recém libertado na África, após 10 anos de luta armada e após a revolução dos cravos em Portugal, e somente com a anistia finalmente pudemos retornar ao Brasil, em 84 moramos em Cruzeiro do Sul no Acre e aqui estão amigos nossos do Acre, onde em conjunto com a população de agricultores estruturamos 21 colônias agrícolas, com o objetivo de melhorar a comercialização de

produção na região do vale do Juruá, foi lá que pela primeira vez ouvimos falar sobre as correrias e matanças de índios, lá também conhecemos alguns Katukinas e Kaxinauás, que nos relataram as histórias de perseguição que ainda sofriam nesse período. No retorno ao Amapá, Capi assumiu a secretaria de agricultura do estado, atuamos juntos nesse trabalho e nesse período conhecemos a experiência de cooperativa realizada pelas populações indígenas do Oiapoque, onde começa o Brasil. Entretanto foi somente a partir de 89 que iniciamos de fato um trabalho junto as populações indígenas, porque Capi havia sido eleito prefeito da capital do estado do Amapá, Macapá e eu vereadora, e o município nessa época abrangia a região habitada pelos índios Waiãpi, como a atuação da FUNAI era deficitária, já desde essa época, começamos a fazer convênios com esse órgão com a FUNAI para o pagamento de agentes de saúde e transporte de doentes para as cidades mais próximas, também realizamos obras de saneamento em uma das maiores aldeias para combater a malária e outras doenças. A partir desses trabalhos conhecemos a antropóloga Dominique Gallois, que vinha enfrentando problemas crescentes com garimpeiros e seus representantes políticos, pelas atividades que desenvolvia com os Waiãpi, passamos a apoiá-la e a defendê-la nessas atividades, dando lhe respaldo político. Foi a partir desse episódio que iniciamos uma parceria com os profissionais ligados a questão indígena recebendo auxílio na elaboração de projetos de lei, de leis referentes a esta causa. Com o apoio científico da antropóloga, inclui, eu pude incluir um capítulo na constituição do meu estado em 91, que faz importante para os povos indígenas do Brasil, reforçar, se reforçar também a partir das leis, eu falo assim porque eu sou parlamentar, no meu estado já a vários anos. Então esse capítulo foi no sentido de reforçar mais o que consta da constituição federal e também o que, para que no estado se tenha acesso a informação dos direitos que, para os direitos dos povos indígenas, que nas escolas se estude, eu ia ler parte desse capítulo mas devido a limitação do tempo eu vou passar, saltar essa parte, são os direitos a saúde, a educação, a autonomia que os povos indígenas tem, mas nós como deputada incluímos esse capítulo na constituição estadual e isso pode quiça ser repetido em outros estados do Brasil. Bom quando Capiberibe assumiu o governo do estado em 95, já sabíamos que o modelo anterior não respondia as necessidades e anseios da maioria da população como colocou o assessor do governador Zeca do PT, do Mato Grosso, tornava-se necessário pensar em outro modelo de desenvolvimento partindo das peculiaridades de nossa região e com a participação da

população local, população indígena. Esse modelo precisaria ser capaz de viabilizar melhores condições de vida para a população em geral. Foi com o compromisso de construir uma sociedade mais justa e democrática, que busca o respeito ao meio ambiente com a utilização racional dos recursos naturais disponíveis e com o uso de tecnologias avançadas, que foi adotado desde o início da primeira gestão do governo do estado, o programa de desenvolvimento sustentável do Amapá, e esse programa tem como referência 6 princípios básicos e os povos indígenas, todos os segmentos da sociedade considerados minorias, excluídos do usufruto do orçamento, eles estão incluídos aqui sim, um deles é a valorização das vantagens comparativas do Amapá em relação aos demais estados brasileiros e amazônicos, o Amapá tem somente 2% da sua cobertura vegetal retirada, o que significa que não há fome, os povos indígenas vivem com tranquilidade com relação aos povos indígenas da mata atlântica antiga, que não existe mais nessa costa, da pena até a gente ver. A sustentabilidade da economia a partir da valorização dos produtos e atividades locais; a busca da equidade social procurando promover a integração da população em situação de miséria econômica e social; a utilização de parcerias que tanto tem se falado hoje, somente hoje já nessa, na parte da tarde com a iniciativa privada, com as ONGs, com os acadêmicos, com as cooperativas, associações comunitárias e isso se dá principalmente na implantação de projetos através dos quais viemos dando andamento as atividades do governo, e eu vou exemplificar, mais na frente, para que a gente segure essa realidade que está acontecendo, na mão, visualize ela bem; a descentralização das atividades buscando melhor estruturar não só as cidades menores mas as comunidades rurais, pesqueiras, estrativistas, para que a concentração econômica assim como o fluxo migratório sejam deslocados da capital e a gente não escute também falar de que tem povos indígenas dizendo que é melhor ir para cidade do que ficar na floresta onde sempre viveram os povos originários. Esses princípios foram implantados gradativamente **[fim da fita]** demonstram como esse programa vem se consolidando na prática, os povos indígenas do Amapá somando-se os grupos do norte do Pará que também são assistidos pelo governo do Amapá compõe uma população de aproximadamente 7.000 pessoas de oito etnias diferentes, com o compromisso por nós assumido no programa de desenvolvimento sustentável de irmos incentivando o respeito a esses povos que constituem, que habitam 11% da área total do nosso estado. O governo estadual apoia os direitos assegurados a serem conquistados por

essas populações, inclusive junto ao governo federal. Nossas ações no atendimento as demandas por saúde, educação, atividade econômica e culturais leva em consideração suas especificidades sócio-culturais, suas aspirações e seus projetos voltados a autonomia. Todas essas populações estão organizadas em associações, a APIO, associação dos povos indígenas do Oiapoque, a APINA, conselho das aldeias indígenas Waiãpi, a IAPITU, associação dos povos indígenas de Tumucumaque. É em parceria com elas que o governo do estado vem atuando, uma demonstração de como essas associações indígenas confiam nessa parceria foi a comunicação que fizeram na Sexta-feira passada ao governo do estado, que haviam indicado ao governo federal em reunião a transferência da responsabilidade sobre os distritos sanitários que iniciam sua implantação no país para o governo estadual. Para que se possa viabilizar ainda mais o que significa, vou citar apenas os trabalhos realizados com a APITU, que é a ONG indígena do Parque de Tumucumaque, dos povos de Tumucumaque, chama a atenção para o fato de que as populações representadas por esta associação em torno de 1274 pessoas, encontram-se quase que totalmente no estado do Pará, em uma área de 3.071.077 hectares, juridicamente teriam que ser assistidos pela FUNAI e pelo governo do Pará, no entanto o estado de abandono em que essa população se encontrava impeliu-nos a assumir os trabalhos com essa associação. Somente de transporte aéreo para apoio a atividades econômicas, deslocamento de doentes, alimentos, artesanato, professores, equipe de saúde e educação, o governo do Amapá desembolsou nos últimos 4 anos 436.000 reais e esse recurso todo através de convênio com a FUNAI e com as organizações, com a APITU, com a ONG indígena da região. As informações sobre os projetos que coloco a seguir referem-se aos trabalhos realizados em conjunto com o governo do estado do Amapá até abril de 98:

- Projeto de formação de professores Aparai-Waiana. Objetivos: formar professores Aparai-Waiana para atuarem na educação escolar de suas comunidades de forma que também possibilite a conquista de novos conhecimentos sobre a interação das sociedades indígenas com a sociedade envolvente. Recursos financeiros: 40.000 reais. Parceria governo do Amapá e APITU.
- Projeto resgatando a escola com os Tirió. Objetivo: iniciar um processo de formação e capacitação dos professores indígenas Tirió, bem como elaboração/produção de

material didático/pedagógico em português e na língua materna, para uso em sala de aula. Contrapartida do governo: transporte em aeronave ao Parque de Tumucumaque.

- Projeto resgate da cultura oral Aparai. Objetivo: revitalizar a cultura oral Aparai e a formação de professores indígenas bilíngües Waiana e Aparai, através da elaboração de um atlas histórico e 2 livros sobre a história desses povos. As parcerias são: o governo do Amapá, a APITU, o instituto cultural Brasil Alemanha e a FUNAI. Os recursos financeiros do governo do estado são os recursos humanos, hospedagem do consultor alemão que vem, que vem desde 95 e transporte aéreo. A GTZ colocou nesse projeto 27.174 reais.
- O projeto cultural Waiana-Aparai, outro projeto. Objetivos: a criação do centro de cultura Waiana-Aparai é fruto de um projeto de resgate da cultura oral, visa revitalizar as tradições culturais dessas etnias, produzir material de divulgação, criar acervo bibliográfico e artesanal, além de promover a divulgação das culturas para a sociedade não indígena.

O total dos convênios da APITU nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento de atividades produtivas somaram nesse período de 95, de abril de 95 a abril de 98, 985.024 reais e esse recurso foi colocado diretamente na mão da associação indígena. Na região do Oiapoque com uma população de 3.580 índios, além dos projetos de saúde e educação, foram implementados diversos projetos de infra-estrutura, como construção e reconstrução de escolas em 14 aldeias, construção de centros comunitários com a utilização de materiais e mão de obra local; obras de saneamento básico, totalizando 2.032.860 reais, repassados diretamente a associação dos povos indígenas do Oiapoque. Com os Waiãpi, que hoje são 511 índios, realizamos convênios principalmente na área da saúde, o estado do Amapá para a formação de agentes de saúde e microscopistas indígenas, prevenção e controle de DST-AIDS, integração das atividades de imunização e controle da malária às demais ações de atenção primária a saúde, melhoria de infra-estrutura dos equipamentos e postos de saúde. Esses projetos somados aos de educação totalizam 737.339 reais. No ano de 98, 1,6% dos gastos do orçamento total do estado do Amapá, incluído pagamento de funcionários, foi destinado a áreas indígenas. Em 99, somente nesses primeiros 6 meses 1,4% do orçamento, das despesas realizadas foram repassados diretamente às 3 associações indígenas, que

administram esse recurso financeiro muito bem, com tecnologias adaptadas do seu conhecimento, fortalecendo a economia local. No caso da construção das 14 escolas com o recurso na mão da APIO, os recursos foram retirados na própria área, todo o material necessário para a construção das escolas, no sentido de fazer com que a agregação de valor aconteça aos produtos da biodiversidade no estado do Amapá. A alimentação das crianças da escola são a produção dos próprios indígenas e o dinheiro está ali na mão da associação dos povos indígenas ou dentro da própria escola indígena para que os índios vendam o seu alimento a escola e seja comprado os alimentos e se fortaleça a economia local também.

Além da confiança e transferência de responsabilidade que estamos tendo com as populações no meu estado, essas atividades tem objetivo de dar visibilidade e trazer ao conhecimento público a história e a diversidade sócio-cultural representada por essas populações que a séculos vem sendo omitida, deturpada e negligenciada. Bom com esse intuito desde 95, acontece a programação da semana que inclui o dia do índio organizado com a participação das populações indígenas, antropólogos, linguistas, indigenistas, médicos e aí são realizados debates que incluem, inclusive a aspiração de um representante indígena que escutava a partir do momento que cheguei aqui, da necessidade do fortalecimento das organizações indígenas e que elas não estejam isoladas na Amazônia em cada um dos estados, no Brasil, mas que elas possam se encontrar. E a cada semana do índio, isso porque para nós todo dia é dia do índio lá no Amapá, não é só no dia 19 de abril, mas aí ao meu estado chegam lideranças do Brasil inteiro e trocam experiências, e também nas assembléias realizadas, pelos povos indígenas do meu estado, também eles recebem apoio para que lideranças da COIAB, CAPOIB ou do CIR possam chegar até o Amapá e que haja essa integração. Bom, para finalizar eu quero comentar rapidamente, inuto, que também pelo fato da minha função nesse momento e já faz 10 anos de legisladora, nós apresentamos na assembléia do nosso estado, o projeto de controle do acesso a biodiversidade do Amapá, que foi trabalhado a partir também do projeto apresentado no senado da senadora Marina e hoje o estado do Amapá é um dos estados, o único dos 27 estados do Brasil que tem essa lei aprovada na assembléia legislativa, sancionada pelo executivo e sua regulamentação realizada com definições contundentes no que diz respeito a comunidade indígena, na sua participação no conhecimento tradicional, no combate a biopirataria, pronta para sua aplicabilidade. Tem alguns exemplares ali em xerox, saiu o

decreto de número 1624 que é a regulamentação , é o mais importante da aplicabilidade da lei que vem beneficiar as comunidades indígenas. Então nós agradecemos mais uma vez ao professor João, nós somos assim, se nós pegamos a palavra, os políticos, a gente tem dificuldade de soltar mas são tantas experiências positivas no meu estado que eu sinto vontade de passar para uma platéia tão significativa como essa que está aqui, meus amigos índios e eu quero finalizar dizendo aos amigos índios que na semana do índio desse ano foi um representante da COIAB e da CAPOIB e o seminário que você organiza nesse momento nós já antecipamos um pouco lá no estado do Amapá, e o tema da semana dos povos indígenas foi o seguinte: O brasil vai comemorar 500 anos de luto que começou quando aqui aportaram as primeiras caravelas portuguesas, semeando a ganância e dizimando milhões de indígenas, ajuda a passar a limpo a história oficial, participe da semana dos povos indígenas no Amapá 99 e esse cartaz e afixado em todas as escolas, em todos os prédios, então os que não são índios participam. Eles não cresceram que nem eu, que quando tinha 20 anos, com o tremendo aspecto físico indígena que eu tenho eu não sabia que havia índio no meu estado. Obrigado.